

A EDUCAÇÃO DO (NO) CAMPO COMO TERRITORIALIDADE DA LUTA E RESISTÊNCIA CAMPONESA

*THE EDUCATION OF (THE) FIELD AS TERRITORIALITY OF FIGHTING AND
CAMPONESA RESISTANCE*

Émerson Dias de Oliveira¹

RESUMO

A garantia do acesso e direito a educação é uma busca que tem ganhado extrema significância nos territórios camponeses nos últimos anos, um instrumento constitucional que ganhou contornos mais visíveis na segunda metade da década de 1990. A institucionalização dessa realização acontece entre os movimentos sociais do campo como mais uma das várias lutas pleiteadas por seus sujeitos, a qual constitui-se numa orientação educacional construída nos seus lugares e partir da percepção representativa destes educandos. Neste ensaio foi discutido a educação do/no campo como parte da territorialidade camponesa, buscando a valorização e consideração da identidade dos seus sujeitos, visto que somente através de uma efetiva compreensão do “modo de vida” camponês é possível discutir didáticas e métodos pedagógicos que realmente os considere suas totalidades. Assim, através de um apanhado teórico-discussional da identidade camponesa, inter-relacionada com as considerações elementares da educação do/no campo o estudo evidencia as peculiaridades intrínsecas que se fazem necessárias quando do debate desta questão, considerando que cada realidade camponesa exige adaptações e ajustes condizente com seus valores e apreensões particularizadas do território.

PALAVRAS-CHAVE: Educação do/no Campo. Camponês. Modo de Vida. Movimentos Sociais. Territorialidade.

ABSTRACT

The guarantee of access and right to education is a search that has gained extreme significance in the peasant territories in recent years, a constitutional instrument that gained more visible contours in the second half of the 1990s. The institutionalization of this realization happens among the social movements of the countryside As one of several struggles pleaded by their subjects, which constitutes an educational orientation built in their places and from the representative perception of these students. In this essay the field education was discussed as part of the peasant territoriality, seeking the appreciation and consideration of the identity of its subjects, since only through an effective understanding of the peasant "way of life" is it possible to discuss didactic and pedagogical methods that Really consider their wholes. Thus, through a theoretical-discussional survey of peasant identity, interrelated with the elementary considerations of education in the field, the study evidences the intrinsic peculiarities that are necessary when discussing this question, considering that each peasant reality requires adaptations and Adjustments consistent with their values and particularized seizures of the territory.

¹ Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Professor dos cursos de Administração, Contabilidade e Pedagogia das Faculdades Integradas do Vale do Ivaí (UNIVALE.) email: cooperativismopopular@hotmail.com

Keywords: Education in the Field. Farmer. Lifestyle. Social movements. Territoriality.

INTRODUÇÃO

Discorrer da educação é também destacar o processo de politização dos sujeitos sociais, uma vez que a universalização do acesso e garantia a educação nas últimas décadas é resultado de um amplo debate de participação e mobilização das bases sociais. É praticamente impossível discorrer da temática sem referenciar as histórias e estórias de seus atores sociais, uma dimensão analítica que evidencia claramente a materialização das necessidades e aspirações dos diferentes extratos e cenários sociais.

O debate desta questão ganha um enfoque ainda mais evidenciado quando referencia-se a educação do campo, pois essa traz em seu bojo algumas peculiaridades estruturais que demanda uma cuidadosa e complexa intervenção institucional. Os pedagogos e militantes dessa vertente educacional, amplamente conhecida como “Educação Camponesa”, enfatizam a importância de se lutar por um modelo educativo que atue no sentido do (no) campo, ou seja, pensando e refletindo o mundo a partir do olhar de seus sujeitos, além desse processo dar-se nos seus lugares, por isso fala-se em uma educação do/no campo (DE OLIVEIRA; FRAGA, 2016).

Nessa perspectiva, a formação dos jovens rurais deve ser abordada, como a primeira preocupação essencial para sua formação e conscientização de "sujeitos de direito", com uma apreensão ampla da conjuntura em que estão inseridos, construindo nestes, além das práticas de manejo e trabalho na propriedade agrícola, valores estruturais e ideológicos da militância camponesa priorizando a consolidação e expressão identitária do sujeito camponês, ampliando e dando valor ao mundo do campo (DE OLIVEIRA; FRAGA, 2016, p. 04).

Neste sentido, com o intento de discutir acerca das peculiaridades da educação do/no² campo, o presente estudo elaborou um breve resgate teórico do “modo de vida camponês” a fim de compreender a necessidade de uma educação distinta aos educandos do meio rural. Essa discussão vem amparada com a noção de equidade social, concepção que diverge da

² O sentido “no” e “do” remete a uma acepção política para o termo Educação do Campo, criado pelos movimentos sociais e compreendido a partir do entendimento de que se deve usar Educação “do” campo e não “no” campo (ou educação rural), pois no caso o “do” retrata o direito do povo a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais. O “no” campo apresenta o direito do povo de ser educado no lugar onde vive, porém não inclui a sua participação na decisão do tipo de educação em que vai receber (CALDART, 2002).

igualdade social, reafirmando a máxima aristotélica em que “devemos tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de sua desigualdade”.

Discorrendo dessa educação camponesa a professora Roseli Salette Caldart (2009) destaca a falta de uma conceituação fixa e isolada do termo, pois é um conceito em movimento como todos os conceitos, o qual compreende um processo de constituição histórica. Por estar posicionado nos domínios camponeses, sua noção também adquire a personalidade de território imaterial, interagindo com os saberes, valores e cultura camponesa acumulados há 10.000 anos, desde a época neolítica, levando consigo a herança agrária milenar como esclarece (MAZOYER; ROUDART, 1998, p. 14).

No intento de atingir os objetivos propostos, o presente estudo utilizou como metodologia a pesquisa bibliográfica e exploratória acerca das implicações teóricas da educação do/no e o vivido de seus sujeitos. Conforme Lima e Miotto (2007) este procedimento possibilita ao pesquisador alcançar um vasto campo de informações, pois a pesquisa bibliográfica consiste na reflexão pessoal a partir da análise de documentos escritos (livros, artigos, teses, dissertações entre outros).

Para as autoras, a pesquisa bibliográfica é utilizada para fundamentar teoricamente o objeto de estudo, portanto não pode seguir caminhos “aleatórios”, mas procedimentos ordenados, de busca por soluções. Desta feita, este ensaio apresenta a importância de se valorizar e intensificar o debate por uma educação emancipadora ao homem do campo, situando-o de seu lugar e importância para um efetivo equilíbrio social na contemporaneidade.

Os desafios postados até aqui são reflexos de um monitoramento diuturno que acontecem no interior dos “movimentos sociais camponeses em estado de luta”, pois estes são os protagonistas do processo de concepção de uma educação pensada deles e para eles, aonde a educação do/no campo³ surge apenas como mais uma das várias buscas impetradas pelas lutas e enfrentamentos sociais dessa coletividade. Assim, somente através de um ativo posicionamento dos atores e autores sociais desta temática será possível discorrer de uma educação do/no campo efetivamente autêntica, uma realidade em que estes possam ser reconhecidos como construtores da própria história.

³“Utilizar-se-á a expressão campo, e não a mais usual, meio rural, com o objetivo de incluir no processo da conferência uma reflexão sobre o sentido atual do trabalho camponês e das lutas sociais e culturais dos grupos que hoje tentam garantir a sobrevivência desse trabalho. Mas quando se discutir a educação do campo se estará tratando da educação que se volta ao conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, sejam as nações indígenas, sejam os diversos tipos de assalariados vinculados à vida e ao trabalho no meio rural. Quer-se ajudar a construir escola do campo, ou seja, escola com um projeto político-pedagógico vinculado às causas, aos desafios, aos sonhos, à história e à cultura do povo trabalhador do campo” (KOLLING, et al, 1999. 26.29).

A COMPREENÇÃO DO LUGAR CAMPONÊSPARA A EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO

A gradual ascensão e importância que a educação do/no campo tem recebido nos últimos anos devem-se em sua maioria pela articulação e enfrentamento social proveniente de experiências classista⁴ de suas bases sociais, visto que, conforme pontua Arroyo (1999, p. 09), estas iniciativas são autênticas e verdadeiras em seu modo de se expressar, “pois o fazem mais do que por palavras, utilizando gestos, mobilizações, realizando ações, a partir das causas sociais geradoras de processos participativos e mobilizadores”.

Entretanto, toda essa complexidade organizativa apresentam sentidos e intencionalidades quase sempre descoladas e até mesmo criminalizadas pelos centros hegemônicos de poder vigente no meio urbano, a exemplo do MASTER⁵ e do MST⁶ que lutam pela dignidade camponesa e diversos outros movimentos sociais em conflitos com os interesses do capital agrário. É importante destacar que o Brasil foi e continua sendo palco de diversos movimentos sociais (urbanos e rurais) que instituem em organizações de cunho social com propósitos voltado para a garantia de direitos sociais como acesso à terra, moradia, questões de gênero, racial, educação inclusiva entre diversos outros.

Para Fernandes (2000), o MST destaca-se como um dos maiores movimentos sociais do mundo e que atua com natureza de organização social e política, um enfrentamento traz a educação inclusiva nos lugares camponeses como uma de suas bandeiras defendidas, sendo que essa organização social é parte de um movimento histórico da luta camponesa no país, pois desde Canudos, Contestado, Porecatu, Trombas e Formoso, as Ligas Camponesas os camponeses brasileiros vêm lutando pelo direito a ter direitos.

Desta feita, é percebido que a luta e resistência camponesa não é uma realização isolada e recente, ela possui uma historicidade bastante antiga e consolidada no país, apesar destes sujeitos sempre terem sido colocados no anonimato da história oficial. Neste sentido,

⁴ “Sim! Ela nasce da ‘experiência de classe’ de camponeses organizados em movimentos sociais e envolve diferentes sujeitos, às vezes com diferentes posições de classe. Sim! A Educação do campo inicia sua atuação desde a radicalidade pedagógica destes movimentos sociais e entra no terreno movediço das políticas públicas, da relação com um Estado comprometido com um projeto de sociedade que ela combate, se coerente for com sua materialidade e vínculo de classe de origem” (CALDART, 2009, pg. 38).

⁵ Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) - primeiro movimento de pequenos agricultores, surgido no Rio Grande do Sul (RS), no final dos anos 50 (Fernandes, 2000).

⁶ Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (1984) - Movimento social rural mais organizado neste final de século, representa, no conjunto da história recente deste país, mais um passo na Longa Marcha dos camponeses brasileiros em sua luta cotidiana pela terra (OLIVEIRA, 2001, p. 194).

com a plena consciência de que os estudos camponeses nem sempre são tratados na sua literal realidade e em consideração as verdadeiras necessidades de seus trabalhadores, faz-se importante trazer para o debate e apresentar no discurso científico as territorialidades destes sujeitos. Shanin elabora importantes observações acerca da identificação camponesa;

Um camponês não é uma palavra vazia a refletir os preconceitos do *populus*, as frivolidades linguísticas dos intelectuais ou, ainda, conspirações de adeptos de uma ideologia, embora às vezes isso possa ser verdadeiro. Se revogado, este conceito (ainda?) não pode ser facilmente substituído por algo de natureza semelhante. Ele tem, assim como os conceitos de capitalismo, proletariado e, é claro, modo de produção, potenciais de reificação, isto é, pode ser enganoso, assim como pode ser usado para enganar, especialmente quando utilizado de maneira ingênua (SHANIN, 1980, p. 76).

Segundo Paulino (2006), o camponês atua como “senhor de si” pelo fato de ser dono do meio de produção – a terra –, razão pela qual eles atuam no intento de resguardar a terra, postura corriqueiramente entendida como conservadora pelos de fora. O processo de resistência camponesa no formato de movimento e sujeitos de direitos possibilita a construção de um “modo de vida” peculiar nestes lugares, uma combinação de vários elementos. Somente após compreendermos que se trata de uma combinação de elementos e não de algo sólido e absoluto é que começamos a entender realmente o que ele é.

Neste sentido, é possível destacar a singular importância de se pensar uma educação para esses sujeitos, visto que a conjuntura material e existencial da vivência camponesa vai muito além da noção econômica do território, contradizendo a ótica capitalista do campo que tem neste contexto o seu único enfoque territorial, ou seja, o componente “acumulação financeira” atua como a fundamental contenda destes dois tipos territoriais no campo.

Assim, pensar a educação do/no campo é também entender a materialidade histórica dos territórios camponeses, uma identidade existencial extremamente antagônica aos vigentes nos centros urbanos. Esse modelo é discutido em Paulo Freire por meio da sua Educação Popular, embasando-se na prática social do sujeito como alicerce de sua estruturação, sendo que várias comunidades aderem a essa pedagogia libertadora, também conhecida como Pedagogia da Alternância. Essa pedagogia propõe o sujeito à ação, pois “os alfabetizados necessitam perceber a necessidade de outro aprendizado: o de “escrever” a sua vida, o de “ler” a sua realidade, o que não será possível se não tomarem a história nas mãos para, fazendo-a, por ela serem feitos e refeitos” (FREIRE, 1981, p. 13).

Vale frisar ainda que mesmo sendo rural, seus valores também apresentam divergências, pois cada comunidade apresenta uma biografia distinta, além de várias outras

diferenciações como; clima, cultivos, folclores, sazonalidades socioeconômicas, religiosidade entre diversas outras materialidades e imaterialidades que particulariza esses lugares. O reflexo disto é a necessidade de uma cuidadosa e estratégica de intervenção pedagógica, com vista a não descaracterizar (desvalorizar) os símbolos e signos locais.

UMA EDUCAÇÃO QUE ENSINA-APRENDENDO E APRENDE-ENSINANDO

A constatação de um campo através de uma perspectiva plural e de múltiplas vivências surge como o receptáculo ideal para se discutir uma forma de ensino-aprendizagem com a participação de seus sujeitos. Esse é o sentido principal que fundamenta a educação camponesa, no instante em que a “vez” e a “voz” camponesa evidência os caminhos teórico-metodológicos a serem conduzidos nesse processo. Qualquer teoria pedagógica torna-se insustentável se não ocorrer uma efetiva partilha educacional que inclua a comunidade camponesa com seus “tempos” e “modos” locais.

Entretanto, apesar de todo o esforço que os apoiadores desta causa se desdobram no meio social contemporâneo, o acesso e garantia a uma educação dos/nos lugares camponeses recebe crítica por grande parte das elites conservadoras. Estes poderes hegemônicos buscam descaracterizar essas iniciativas com a tentativa de implantar a noção de Educação Rural⁷, entre outras estratégias perversas de usurpação da territorialidade camponesa. Esse modelo de educação proposto de “cima para baixo” em que a missão principal do professor e do extensionista rural demonstra as “excelências” da vida no campo, convencendo à população camponesa a continuar marginalizada dos benefícios urbanos é ainda o desejo atual do capital-agrário.

É válido frisar que atualmente ainda acontece o êxodo rural, iniciado no século passado e intensificado nas décadas de 1960/70 (hoje, apenas cerca de 19% da população vive nas zonas rurais⁸), tornando dificultoso a reprodução de vida na agricultura camponesa e o fortalecimento do agronegócio e da produção para a exportação, sendo estes últimos modelo integralmente estimulados pelas diversas instâncias de governo. E “a escola, quando existe, é

⁷ Há uma distinção feita pelos autores da coleção “Por uma Educação do Campo”. Suas definições não levam em conta as origens dos conceitos, mas sim às contradições presentes. Caldart (2004), fala em uma superação da antinomia rural e urbano, e entende a educação rural sendo igual à educação no campo e ambas agem em prol das forças dominantes, defendendo assim uma educação do campo. A educação no espaço rural muitas vezes acaba por priorizar uma educação com saberes e práticas urbanas, sobrepondo o estudo do lugar, sujeitos e saberes.

⁸ Fonte: IBGE (2010).

a própria negação do rural, identificada apenas com os processos elementares de aprender a ler, escrever e contar” (RABELO; GOMES, 1984, p. 60).

Contudo, a superação e enfrentamento desse projeto neoliberal de engessamento da emancipação educacional camponesa são impossibilitados em virtude de um modelo autêntico de raciocinar o mundo que emerge do vivido camponês, fruto da organização coletiva dos trabalhadores diante do desemprego, da precarização do trabalho e da ausência de condições materiais de sobrevivência para todos.

O elemento de destaque que individualiza esse movimento é antes de tudo a politização dos seus sujeitos, uma vez que estes passam a compreender o significado de sua ação no “entre-os-outros”, ou seja, a noção de sociabilidade é realmente constituída. Nesse cenário, surge com grande significância o “saber social⁹” do camponês, uma habilidade social que contribui na institucionalização de uma matriz social diferenciada em cada região, haja vista, que todos se permitem sociabilizar suas crenças, valores e saberes, o que acaba por municiar com territorialidades imateriais e materiais a singularidade de cada comunidade, uma mesclagem de significados perfeitamente inteligíveis a todos os seus constituintes.

Desta feita, a compreensão escolar dirigida ao campo deve abster-se de pré-concepções rígidas e inflexíveis, pois a conquista do sucesso educativo carece de estar vinculado ao saber social comunitário, oriundos do processo organizativo e das lutas sociais do campesinato. Ainda que este saber seja “heterogêneo, contraditório, fragmentado, tem um caráter vivo, dinâmico e, sobretudo é um instrumento útil mediante o qual o camponês se situa no mundo e com ele mantém relação” (DAMASCENO, 1993, p.71).

Assim, é necessário compreender que a escolarização que se expressa não está isolada apenas nas estruturas institucionais, mas nos distintos contextos e questões que engendram a organização, o método de construção e, conseqüentemente, as várias configurações de manifestação social, política e produtiva do mundo camponês. Portanto, a apreensão existencial dos lugares camponeses aliado com processos formativos humanos e alicerçados na vida, na cultura, no trabalho, e nas sabedorias das práticas sociais camponesas exige um esforço tão complexo de aprendizagem aos educadores quanto aos educandos.

Desta forma, e para uma melhor compreensão do problema, parte-se para a análise de uma importante categoria espacial: o lugar. É por meio da compreensão e do conhecimento do lugar, que os educadores das escolas

⁹ O “saber social” distingue-se do “saber metódico” ou do “saber científico” e, para fins específicos deste estudo, é entendido como “o saber gestado no cotidiano do trabalho e da luta camponesa, é a expressão concreta da consciência desse grupo social; um saber que é útil ao trabalho, aos enfrentamentos vividos cotidianamente pelos camponeses” (DAMASCENO, 1993, pg.55).

rurais poderão compor suas práticas educativas, de forma a respeitar e apreender sobre os saberes sociais das comunidades envolvidas (MOURA, 2009. p.13).

O desafio de uma educação em sintonia com os lugares camponeses demanda do educador uma capacidade ampliada de intromissão didática, pois a ciência de cunho estritamente tecnicizada é um conhecimento de difícil compreensão aos educandos do campo. Faz-se necessário uma rica e sólida interligação empírica na exposição dos conteúdos, ou seja, uma educação freireana que ensina-aprendendo e aprende-ensinando, aonde docente e discente interajam harmonicamente com o emaranhado de saberes comunitários e científicos em discussão, pois quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender.

Nessa entoada, o papel do docente é atuar em uma perspectiva crítica embutida no viés político da realidade, buscando de forma efetiva promover a construção e reconstrução do debate. Essa concepção diverge dos moldes da “Educação Bancária” que não é libertadora, mas, sim, opressora, pois não busca a conscientização de seus educandos, pois interrompe a reflexão discente em proveito da “eficácia da memorização mecânica do ensino dos conteúdos, tolhe a liberdade do educando, a sua capacidade de aventurar-se. Não forma, domestica. Tal qual quem assume a ideologia fatalista embutida no discurso neoliberal” (FREIRE, 1999, p.63).

Enfim, apesar dos esforços em subjugar e desvalorizar as experiências camponesas, o mundo camponês cria e recria estratégias, feitos e preceitos próprios, de saber, viver e fazer. A reciprocidade vivencial destes grupos surge como o elemento essencial de sua resistência, pois os agrupamentos comunitários representam uma tática de sobrevivência, mesmo em locais longínquos e “perdidos nos fundos das grotas”. Esse é o cenário que a educação deve ser estruturada, pois antes de qualquer intervenção didático-teórica existe um mundo plural e vivo a ser considerado nos processos de ensino-aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os apontamentos levantados neste ensaio traz à tona a fundamental importância que as teorias atinentes ao mundo camponês possui quando da aplicação da “Educação do/no Campo”, visto que é insustentável falar, discutir e inferir acerca da educação camponesa sem um sólido embasamento teórico-conceitual dos seus protagonistas – o camponês –, pois estes

possuem um saber próprio, síntese do aprendizado da vida cotidiana, de suas lutas políticas, do modo como estabelecem a sua reprodução de vida.

A percepção desta questão remete a várias dimensões sociais dos espaços rurais, questões essas que estão perfeitamente compreendidas aos educandos, mas, distante da percepção do educador, instante em que pode-se emergir divergências da compreensão de mundos entre eles. Por isso, é preciso colocar em pé de igualdade os conhecimentos científicos e os saberes populares e camponeses. Assim, discutir a educação camponesa está muito aquém da leitura de bibliografias do tema e interpretações legislativas do assunto, é necessário adentrar e compreender o vivido destes lugares, respeitando, considerando e conservando suas territorialidades.

É importante destacar ainda, que os atores sociais da educação do/no campo posicionam-se historicamente como pessoas determinadas e determinantes, desempenhando um papel proeminente na conjuntura das relações sociais, políticas e econômicas mais extensas ao tecer suas lutas centradas para eixos maiores voltados à edificação de concepções societárias que desafiam o modo de produção capitalista e a educação pública que atende, historicamente, as instâncias do capital.

Nestes termos, percebe-se que a questão do acesso e garantia de uma educação do/no campo é bem mais complexa do que aparenta ser. Essa questão pode ser melhor compreendida através da concepção de “superestrutura” discorrida em Marx, pois as precárias condições vividas por diversos trabalhadores rurais brasileiros carece de uma valorização para além da educação camponesa em decorrência de ainda haver inúmeros sujeitos “anônimos” e “invisíveis” nesses lugares, distante de um pleno acesso a efetivas políticas públicas emancipatórias.

Desta feita, discutir a educação camponesa é discutir também os “movimentos sociais camponeses em estado de luta” como um processo pedagógico que materializa e explica o acesso a direito e garantias sociais, pois a educação camponesa contemporânea só foi conquistada graças aos enfrentamentos sociais destas bases sociais. Por isso, é importante evidenciar as contribuições realizadas com a Pedagogia do Movimento¹⁰, uma riqueza política que antecede qualquer processo de escolarização convencional, pois assumem a perspectiva de edificação de uma concepção de campo que se situe “para além do capital”.

¹⁰ A Pedagogia do Movimento foi na origem da Educação do campo sua mediação fundamental, enquanto concepção pedagógica, de educação. “Há os que se deslocam porque querem [os viajantes, os turistas], os que se deslocam porque creem [os peregrinos, romeiros], os que se deslocam porque precisam [os migrantes da fome, os exilados] e há os que se deslocam porque devem [os engajados - para usar uma expressão cara aos dos anos 1960 - os comprometidos com o outro, com uma causa]” (BRANDÃO, 2008, p 40).

Essas discussões mostram que é perfeitamente compreensível a razão de a educação do/no campo serem dotados de uma carga tão complexa, quando comparado aos processos convencionais de educação vigente no meio urbano. A educação camponesa deve ser instruída de forma menos tutelada e escolarizada e desde as demandas próprias da formação dos militantes da organização, mas na necessária perspectiva de classe trabalhadora unificada na luta contra o capitalismo, pois a contextualização material e histórica destes lugares remete a uma racionalidade substantivada e não instrumental, aonde todos os elementos que compõe esses territórios existenciais se revelam em uma sintonia sinérgica e virtuosa.

Não se dissocia a escola do trabalho, das vivências, das colheitas, das estações do ano entre vários outros meios integrados ao mundo camponês. Com isso, os aprendizados da vida roceira não apresentam um período exato para início e fim, visto que se dá cotidianamente, conforme as condições e empreitadas possíveis de serem feitas pelas crianças e adolescentes. A sustentação dos saberes para manter a diversidade, tanto alimentar quanto de técnicas de produção, colheita, armazenamento, industrialização e em alguns casos, comercialização demanda muito esforço, zelo e conhecimento. As instruções realizadas em uma determinada região ou município, muito possivelmente, carece ser ajustado para outro espaço, não tão afastado dali, devido à disparidade climática, de flora e fauna, além de outras questões, inclusive culturais.

Essas particularidades traz a necessidade de se consolidar um outro paradigma educacional nos territórios camponeses, de tal forma que se permita um educando questionador, crítico e alinhado com seu lugar no contexto global de mudanças frequentes, criando as condicionantes para o desenvolvimento integral das capacidades essenciais de todos os membros da sociedade camponesa. Enfim, a escola do campo é na realidade apenas um instrumento social a serviço da continuidade camponesa, pois falar da educação é antes de tudo destacar os seus protagonistas, sendo que somente após uma plena compreensão destes agentes é possível apontar para um debate amplo da Educação do/no Campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

ARROYO, Miguel González Educação Básica e Movimentos Sociais. In: VV.AA. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília: UnB, 1999. p. 15-52.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Andarilhagem. In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime J. **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Vozes, 2008.

CALDART, Roseli Salete. Elementos para a construção de um projeto político e pedagógico da Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica Castagna. JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de (org.). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional “Por Uma Educação do Campo”, n. 5, 2004.

CALDART, Roseli Salete. **Educação do Campo: notas para uma análise de percurso**. Trabalho, educação e saúde (Online), v. 7, p. 35-64, 2009.

DAMASCENO, Maria Nobre. A construção do saber social pelo camponês na sua prática produtiva e política. In: DAMASCENO, Maria Nobre & THERRIEN, Jacques (coord.). **Educação e escola no campo**. Campinas, Papirus, 1993.

DE OLIVEIRA, Émerson Dias; FRAGA, Nilson Cesar. **A vida está na raiz, na terra, no campo em luta** – a educação do (no) campo como forma de resistência da agricultura camponesa. *Geographia Opportuno Tempore*, Londrina, v. 2, n. 2, Edição Especial, p. 2-13, 2016.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa**. 9 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessário para à prática educativa**. 12. ed. São Paulo. Paz e Terra, 1999.

KOLLING, Edgar Jorge; NERY, Irmão Israel José; MOLINA, Mônica Castagna. **Por Uma Educação Básica do Campo**. Vol. 1. Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 1999, 98p. CUNHA, Luiz Antônio. *Ensino Médio e Ensino Técnico na América Latina: Brasil, Argentina e Chile*. Rio de Janeiro: FLACSO/Brasil, 2000. Texto não publicado.

LIMA, Telma Cristiane Sasso; MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**. *Rev. Katál*. Florianópolis, v. 10, n. esp. P. 37-45, 2007.

MAZOYER, M. & ROUDART, L. **História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Lisboa: Ed. Histórias e Monografias, 1998.

MOURA, Edinara Alves de. **Lugar, saberes e educação do campo: o caso da Escola Municipal de Ensino Fundamental José Paim de Oliveira – Distrito de São Valentim, Santa Maria, RS**. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. “**A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária**”, in *Estudos Avançados*, IEA/USP São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185-206, 2001.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma Geografia dos camponeses**. São Paulo, Ed. Unesp, 2006.

Rabelo, Aurora; Gomes, Nilcéa. **Trabalho, conhecimento e escola em regiões de pequena produção rural em Minas Gerais**. Cadernos Cedes, São Paulo: Cortez, p. 57-80, 1984.

SHANIN, Teodor. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações**. O velho e o novo em uma discussão marxista. CEBRAP. São Paulo: Brasileira de Ciências, n.º. 26, 1980.